

SUMÁRIO

Apresentação	39
--------------------	----

TÍTULO I O PROCESSO NOS TRIBUNAIS

I – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

§ 1 ^o – O TEMA E A CONSULTA	
1. armadilhas.....	43
2. armadilhas e armadilhas (do individual ao universal)	45
3. uma jurisprudência constante por duas décadas	46
4. a perspectiva de uma mudança jurisprudencial	47
§ 2 ^o – O TEMA CENTRAL, OS CORRELATOS E A VISÃO SISTEMÁTICA DA SITUAÇÃO	
5. a jurisprudência, meio informal de mudança da Constituição e das leis.....	49
6. uma escalada legislativa bem definida: valorização dos precedentes	50
7. entre a influência e o poder.....	52
8. jurisdição, jurisprudência, poder, influência e súmulas.....	54
9. uma decisão que se anuncia e uma influência praticamente equiparada ao poder	57
10. o previsível impacto de uma nova jurisprudência: uma influência inevitável	59
11. fundamento ético e político do veto à retroatividade: o <i>substantive due process of law</i>	60
12. irretroatividade de uma possível mudança jurisprudencial.....	62
§ 3 ^o – FUNDAMENTO LEGAL E MEIOS PROCESSUAIS	
13. a necessidade de oferecer tutelas adequadas apesar da inexistência de uma disciplina formal direta.....	65
14. o art. 27 da lei n. 9.868, de 10.11.99 (Lei da Ação Direta).....	66
15. estreita analogia e presença dos requisitos	69
16. a solução proposta.....	70
17. uma sadia jurisprudência que se esboça	71
18. evitar um desconfortável paradoxo.....	72

II – CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE: EFICÁCIA DA DECISÃO

§ 1º – O TEMA E A CONSULTA

- | | | |
|-----|--|----|
| 19. | os antecedentes e a situação processual pendente | 75 |
| 20. | os temas processuais | 76 |

§ 2º – A DIMENSÃO ATUAL DA SÚMULA N. 343-STF

- | | | |
|-----|---|----|
| 21. | entre a justiça e a efetividade das decisões judiciais – o equilíbrio do sistema processual | 77 |
| 22. | entre a coisa julgada e a ação rescisória – a Súmula n. 343 do Supremo Tribunal Federal | 79 |
| 23. | o núcleo resistente da Súmula n. 343: divergência entre tribunais em matéria infraconstitucional | 81 |
| 24. | qual a razão de ser da distinção estabelecida na aplicação da Súmula n. 343? | 81 |
| 25. | a supremacia da Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal como guarda da Constituição | 82 |
| 26. | a dimensão da <i>matéria constitucional</i> que afasta a incidência da Súmula n. 343 | 83 |
| 27. | acórdão em conformidade com a jurisprudência do tempo e alterações posteriores à propositura da ação rescisória | 85 |

§ 3º – SOBRE AS SUPERVENIENTES DECISÕES CONTRÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- | | | |
|-----|---|----|
| 28. | ainda sobre os temas constitucionais: jurisprudência | 87 |
| 29. | pronúncia de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade em controle abstrato ou em controle difuso | 88 |

§ 4º – RECAPITULAÇÃO E CONCLUSÕES SUCINTAMENTE FUNDAMENTADAS

- | | | |
|-----|--|----|
| 30. | visão panorâmica | 90 |
| 31. | imperiosa aplicação da Súmula n. 343 e carência da ação rescisória | 91 |
| 32. | inexistência de violação a disposição constitucional | 92 |
| 33. | modulação dos efeitos da declaração | 93 |

III – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- | | | |
|-----|--|-----|
| 34. | uma sequência de recursos no Supremo Tribunal Federal | 94 |
| 35. | o fundamento dos segundos embargos de divergência: uma suposta inexistência de omissão | 95 |
| 36. | um elegante tema de ordem constitucional | 96 |
| 37. | vicissitudes históricas do recurso extraordinário | 97 |
| 38. | nascem os embargos de divergência no sistema de ampla competência do Supremo | 98 |
| 39. | mas sobreveio uma outra ordem constitucional | 99 |
| 40. | a dificuldade criada e a necessidade de uma interpretação sistemática | 99 |
| 41. | uma outra dificuldade sistemática | 100 |

42. conclusão: embargos alheios à competência do Supremo Tribunal Federal.....	102
--	-----

IV — EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

A ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO INTERNO

43. o tema.....	104
44. dois fatores históricos relevantes	105
45. entre a lei e o regimento.....	105
46. os poderes do relator.....	106
47. unindo os pontos: decisões sobre o mérito do recurso especial.....	108
48. tornando ao caso e concluindo.....	111

V — SUSPENSÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA

PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

49. o caso	113
50. duas fundamentais questões de direito processual.....	115
51. a natureza jurídica da medida suspensiva	116
52. ação ou não, o resultado é o mesmo	118
53. fatos impeditivos e tipificação legal	120
54. doutrina e legislação	123
55. questões da competência absoluta dos órgãos colegiados	125
56. da liminar à sentença concessiva da segurança	127
57. jurisprudência.....	128
58. sobre a sentença sujeita a recurso	131
59. execução provisória de mandado de segurança	132
60. inadmissível a suspensão sem pedido específico.....	134
61. casos estritos	135
62. os valores em jogo e uma necessária linha de equilíbrio.....	136
63. sobre a Súmula n. 626 do Supremo Tribunal Federal.....	137

VI — CONFLITO POTENCIAL DE COMPETÊNCIA E SUSPENSÃO

COLETIVA DE LIMINARES EM MANDADO DE SEGURANÇA

64. um grande número de ações individuais e coletivas.....	140
65. a consulta e o tema.....	141
66. sobre a suspensão de liminar: aspectos conceituais básicos	141
67. um expressivo precedente e seu relevante significado sistemático	143
68. situação intimamente análoga.....	145
69. admissível o conflito de eficácia coletiva	146

TÍTULO II

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

VII — AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SEPARAÇÃO DE PODERES — LIMITAÇÕES AO CONTROLE JURISDICIONAL E ÀS MEDIDAS DE URGÊNCIA

§ 1º — ANTECEDENTES

70. a causa, a decisão e os temas	149
---	-----

71. os quesitos.....	151
§ 2º – IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA DEMANDA	
72. impossibilidade jurídica – do conceito tradicional à impossibilidade da demanda	151
73. vetos legais, político-constitucionais ou sistemáticos.....	153
74. uma impossibilidade jurídica de fundo político-constitucional.	156
75. uma severa garantia constitucional de legalidade.....	158
76. discricionariedade e critérios do legislador, não do juiz.....	160
77. infração à isonomia e à paridade de armas na concorrência.....	162
78. o Código de Defesa do Consumidor e os limites da tutela que oferece.....	164
§ 3º – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E EFEITOS DA APELAÇÃO	
79. ausente o <i>fumus boni juris</i>	166
80. a debilidade do <i>fumus boni juris</i> impõe maior atenção quanto à urgência.....	167
81. uma antecipação inócua.....	167
82. o juízo do mal maior	169
83. recurso sem efeito suspensivo.....	170
§ 4º – O PRAZO PARA CUMPRIR E O VALOR DAS MULTAS	
84. o início do prazo para cumprimento da medida antecipatória ...	172
85. o valor das <i>astreintes</i>	174
§ 5º – CONCLUSÕES E RESPOSTAS AOS QUESITOS	
86. síntese conclusiva	176
87. respostas aos quesitos	177
VIII – UMA AÇÃO CIVIL PÚBLICA JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEL	
– SUSPENSÃO DE ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÃO	
– CARÊNCIA DE AÇÃO E INCOMPETÊNCIA	
§ 1º – OS ANTECEDENTES, A CONSULTA, OS TEMAS	
88. a entidade consulente.....	179
89. uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho.....	180
90. a consulta e os temas sugeridos	181
§ 2º – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E ILEGITIMIDADE <i>AD CAUSAM</i> DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	
91. competência de jurisdição: uma competência rigorosamente absoluta.....	184
92. o significado do caráter absoluto de uma competência	186
93. a distribuição constitucional das competências de jurisdição....	187
94. qual relação de trabalho?	188
95. manifesta incompetência da Justiça do Trabalho.....	191
96. ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho	192

97. matéria puramente civil, nada de trabalhista	193
§ 3º – A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DESSA DEMANDA E OS DIVERSOS FUNDAMENTOS QUE CONDUZEM A ELA	
98. o teor da demanda deduzida e sua impossibilidade jurídica.....	195
99. impossibilidade jurídica da demanda – vetos constitucionais, legais ou sistemáticos.....	197
100. uma autêntica associação	198
101. norma explícita sobre a suspensão e dissolução	199
102. uma medida antecipatória de tutela jurisdicional com eficácia limitada a seis meses.....	200
103. uma antecipação pedida em caráter definitivo e sem ligação a um pedido de dissolução de sociedade	203
104. uma concreta impossibilidade jurídica	203
105. suspensão perpétua? uma <i>contradictio in terminis</i>	204
106. medida antecipatória de quais efeitos definitivos?	206
107. a suposta inconstitucionalidade do decreto regulamentador.....	207
108. reavivando conceitos fundamentais e concluindo o capítulo.....	209
§ 4º – A INUTILIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL PEDIDO – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E LEGITIMIDADE <i>AD CAUSAM</i>	
109. tornando ao caso	210
110. interesse de agir (aspectos gerais).....	211
111. qual utilidade?	212
112. legitimidade <i>ad causam</i> , destaque do interesse de agir	214
113. o CIEE é parte manifestamente ilegítima	215
114. inépcia da petição inicial, ilegitimidade passiva e mérito	216
§ 5º – INADMISSIBILIDADE DESSA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR AUSÊNCIA DO REQUISITO DA ADEQUAÇÃO	
115. os padrões de admissibilidade da ação civil pública.....	217
116. tutela coletiva: direitos ou interesses transindividuais.....	219
117. uma ação civil pública por direito coletivo.....	220
118. mas qual seria esse direito coletivo? meras amostragens seto- riais.....	221
119. situações heterogêneas	223
120. inadequação da via processual	225
121. superposição à ação direta de inconstitucionalidade	226
122. carência de ação por falta do interesse-adequação	228
§ 6º – A DIMENSÃO TERRITORIAL DO PROVIMENTO PEDIDO E A COMPETÊNCIA TERRITORIAL	
123. relembrando e colocando questões	229
124. competência territorial: aspectos gerais e fundamentos sistemá- ticos.....	229
125. na ação civil pública	231
126. entre os temas da competência e da eficácia de âmbito nacio- nal.....	233

127. sobre a pretendida eficácia de âmbito nacional	234
128. uma competência rigorosamente absoluta	236
§ 7º – PROVA PRODUZIDA NO INQUÉRITO CIVIL E GARANTIA DO CONTRADITÓRIO	
129. inquérito civil: origens e função legítima no sistema	237
130. inquérito civil, garantia do contraditório e prova	238
131. investigações conduzidas sem observância do contraditório.....	239
132. indispensabilidade de produção da prova em juízo – ônus do Ministério Público.....	240
§ 8º – PROPOSIÇÕES CONCLUSIVAS	
133. concluindo sinteticamente.....	241
134. incompetência da Justiça do Trabalho	241
135. ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho	242
136. impossibilidade jurídica da demanda proposta – uma ilegítima “suspensão”	242
137. impossibilidade jurídica da demanda proposta – uma medida antecipatória sem pedido principal	243
138. impossibilidade jurídica da demanda proposta – contra disposição expressa de um decreto legítimo	244
139. falta de interesse de agir.....	245
140. ilegitimidade passiva <i>ad causam</i>	245
141. falta de interesse-adequação – inadmissibilidade da ação civil pública.....	246
142. invasão da área da ação direta de inconstitucionalidade.....	248
143. incompetência territorial	248
144. inadmissível eficácia de âmbito nacional	249
145. indispensável produzir a prova em juízo	249
146. o ônus da prova é do Ministério Público	250
IX – AÇÃO CIVIL PÚBLICA E REUNIÃO DE CAUSAS – MERA AFINIDADE DE QUESTÕES POR UM PONTO COMUM DE FATO OU DE DIREITO	
147. primeira aproximação e a consulta	251
148. a demanda proposta pela consulente e seus elementos essenciais	252
149. a ação dos dois Ministérios Públicos e seus elementos	253
150. preparando os raciocínios: a dúvida posta pelo MM. Juízo estadual.....	254
151. relações entre demandas	255
152. litispendência	255
153. continência	258
154. tornando ao caso	258
155. as partes dos dois processos são distintas	259
156. nem litispendência nem continência	261
157. mera afinidade de questões e não conexidade entre as duas causas.....	262

158. sobre a conexidade e a utilidade de seu reconhecimento em casos concretos.....	262
159. uma ligação muito tênue entre as causas de pedir	264
160. afinidade de questões	266
161. mera afinidade não dá causa à prorrogação de competência	267
162. conclusões finais: nem litispendência nem continência nem conexidade.....	268

X – SEGURO COLETIVO POR ADEÇÃO E UMA AÇÃO CIVIL PÚBLICA SEM IMPACTO DE MASSA

§ 1ª – O CASO E A CONSULTA	
163. a ação civil pública examinada e os pedidos que contém.....	270
164. os diversos tipos de seguros de saúde e a posição de cada uma das rés	271
165. a consulta e os quesitos.....	272
§ 2ª – CONFLITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA DEMANDA	
166. impossibilidade jurídica <i>da demanda</i> – vetos constitucionais, legais ou sistemáticos.....	273
167. tomando ao caso: o controle atuarial de um plano coletivo por adesão.....	273
168. não há disposição legal proibindo recusas.....	276
169. decisão judiciária sem caráter universal e com infração à isonomia	277
170. uma concreta impossibilidade jurídica – carência de ação e extinção do processo.....	278
§ 3ª – FALTA O LEGÍTIMO INTERESSE PROCESSUAL	
171. os padrões de admissibilidade da ação civil pública.....	279
172. as três categorias de direitos ou interesses transindividuais	281
173. uma ação civil pública por direitos individuais homogêneos....	283
174. mas quais seriam esses direitos individuais homogêneos?.....	284
175. heterogeneidade e pequeno grupo de favorecidos	285
176. uma ação civil pública também por direito coletivo.....	287
177. mas qual seria esse direito coletivo?.....	290
178. situações heterogêneas.....	291
179. inadequação da via processual e conseqüente carência de ação	291
180. tomando ao interesse de agir	292
§ 4ª – CONCLUSÃO	
181. respostas aos quesitos	293

XI – AÇÃO CIVIL PÚBLICA, FUSÃO DE SINDICATOS E AUMENTO DA BASE DOS SINDICALIZADOS FAVORECIDOS

182. um conflito entre sindicatos.....	295
183. uma fusão de sindicatos	296

184. substituição processual: o substituto e a posição ocupada pelos substituídos	296
185. inadmissível o aumento do universo de substituídos.....	298
186. conclusão: decisão limitada aos filiados ao primeiro sindicato.	299

TÍTULO III

PROBLEMAS DA COISA JULGADA

XII – CONFLITO ENTRE DUAS COISAS JULGADAS

187. dois processos distintos, duas demandas julgadas, duas coisas julgadas opostas	303
188. as questões postas e a consulta recebida.....	305
189. pedidos ou recursos prejudicados: linguagem imprecisa nos juízos e tribunais	305
190. prejudicialidade.....	306
191. este não é um caso de prejudicialidade jurídica.....	307
192. o recurso prejudicado, segundo a visão corrente nos tribunais..	309
193. o agravo da Fazenda mineira não perdera objeto	311
194. a coisa julgada anterior não excluiu o interesse recursal	312
195. trânsito em julgado: consequência natural do descumprimento de um ônus pela Fazenda	312
196. a nova coisa julgada: efeito da decisão do sr. Relator	314
197. a elegante questão das duas coisas julgadas conflitantes.....	315
198. coisa julgada material: sua conceituação jurídica.....	316
199. justificação político-institucional e convivência com outros valores.....	320
200. tomando à questão posta pela consulente	321
201. a eficácia natural dos atos estatais e a revogação de sentença por sentença.....	322
202. os ônus processuais e o sistema processual das nulidades.....	324
203. confirmação da tese: o ônus de propor ação rescisória.....	327
204. proposições conclusivas.....	328

XIII – EFICÁCIA DA SENTENÇA, COISA JULGADA, QUESTÕES PREJUDICIAIS E A POSIÇÃO DO SUCESSOR

§ 1 ^o – OS TEMAS, O CONTEXTO FÁTICO, AS DECISÕES, A CONSULTA	
205. os temas.....	330
206. o contexto fático e o V. acórdão proferido em favor da consulente.....	331
207. ulteriores questionamentos pela Fazenda do Estado.....	332
208. alienação de alguns estabelecimentos e sucessão no direito.....	333
209. decisões da Justiça paulista.....	333
§ 2 ^o – O RICO TEMA DA INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA E A DIMENSÃO DO V. ACÓRDÃO INTERPRETADO	
210. sobre a interpretação da sentença: abordagem geral.....	334

211. direito e processo – indispensável uma interpretação integrada	336
212. uma inadmissível interpretação restritiva	338
213. a lei quer a interpretação <i>estrita</i> do pedido, não <i>restritiva</i>	339
214. interpretando o pedido da consulente	341
215. sobre a autoridade da coisa julgada e seus destinatários	343
216. a autoridade da coisa julgada em causas tributárias: um esclarecimento.....	345
217. tornando às demandas que vêm sendo postas em juízo.....	347
218. prejudicialidade: remissão a outro capítulo da obra	348
219. o caso em exame e a coisa julgada sobre a decisão prejudicial.	348

§ 3º – A SITUAÇÃO DO SUCESSOR

220. a alienação de alguns estabelecimentos e as exigências do fisco perante o adquirente.....	350
221. sucessão: abordagem conceitual	352
222. o Carrefour como sucessor de Americanas em relação à situação fiscal das filiais adquiridas	353

XIV – COISA JULGADA, ASSISTÊNCIA E EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO

223. o contexto litigioso.....	354
224. a consulta e os temas.....	355
225. sobre a assistência.....	355
226. o objeto do processo	356
227. a intervenção do assistente e o alcance da coisa julgada	357
228. a eficácia da intervenção do assistente	360
229. as repercussões da intervenção perante a consulente.....	361
230. as repercussões da intervenção perante as associadas da consulente.....	364
231. responsabilidade do assistente pelo custo do processo	366
232. conclusões	367

XV – COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E SENTENÇA PARA O FUTURO

233. antecedentes – a causa decidida e o trânsito em julgado	369
234. fatos subseqüentes – autuação	370
235. a consulta – quesitos	371
236. o tema e sua sede	371
237. a coisa julgada e os efeitos da sentença	373
238. variadas vias processuais	375
239. distinções relevantes	377
240. as sentenças que contêm decisão negativa em via principal.....	378
241. tornando ao caso da consulta: a mais importante das distinções	381
242. sobre a autoridade da coisa julgada e seus destinatários	383
243. a autoridade da coisa julgada em causas tributárias	385
244. as sentenças para o futuro	386
245. sentenças para o futuro, sua eficácia e dimensão da coisa julgada.....	388

246.	ainda a coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> (tornando ao caso).....	390
247.	conclusão central.....	392
248.	jurisprudência – intercorrência de fatos novos relevantes.....	394
249.	respostas aos quesitos	396

TÍTULO IV

ATIVIDADES EMPRESARIAIS DIVERSAS

XVI – PLANO ECONÔMICO E COISA JULGADA

250.	uma demanda vitoriosa e os limites da condenação e da execução.....	401
251.	a segunda demanda: processo extinto sem julgamento do mérito.....	402
252.	a consulta	403
253.	pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito.....	403
254.	dos conceitos estáticos de coisa julgada e litispendência aos impedimentos ao julgamento do mérito.....	404
255.	causas de pedir e pedidos diferentes	407
256.	síntese e conclusão: nova demanda plenamente admissível.....	409

XVII – AÇÃO DE NULIDADE DE PATENTE

– PREJUDICIALIDADE E OUTRAS QUESTÕES PROCESSUAIS

257.	as demandas propostas e pendentes.....	411
258.	a consulta e os temas.....	413
259.	legitimidade e interesse de agir – aquela é um aspecto deste....	413
260.	o interesse e a legitimidade da consulente	414
261.	também presentes a legitimidade e o interesse à antecipação de tutela.....	416
262.	prejudicialidade.....	417
263.	uma fortíssima relação prejudicial.....	419
264.	natureza constitutiva negativa da sentença pedida e sua eficácia <i>ex nunc</i>	421
265.	o tratamento a ser dado às <i>ações de infração</i>	423
266.	suspensão prejudicial – não importa qual das causas foi proposta antes	423
267.	as múltiplas alternativas para o julgamento da causa prejudicial.....	424
268.	julgamento antecipado do mérito.....	426
269.	improcedência das <i>ações de infração</i> e não impedimento ao seu julgamento pelo mérito	427
270.	tornando à liminar concedida e sua influência atual sobre as outras causas	428
271.	suspensão dos processos por tempo indeterminado.....	429
272.	inadmissível qualquer medida urgente contrariando aquela liminar	430

XVIII – INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

– DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E AÇÃO RESCISÓRIA

273. o caso	431
274. a causa julgada e os fundamentos da ação rescisória proposta..	433
275. erro de fato: matéria preclusa.....	434
276. duas razões para a impropriedade da alegação de erro de fato..	435
277. responsabilidade objetiva do Estado (Const., art. 37, § 6º)	437
278. a disposição constitucional foi aplicada com toda fidelidade....	439
279. as disposições legais, suas interpretações possíveis e os limites da atuação do Poder Público.....	440
280. entre a discricionariedade e o devido processo legal.....	441
281. razões concretas para afastar a discricionariedade	443
282. ainda a lei e sua interpretação	444
283. conclusões: fundamentos suficientes e reciprocamente autônomos.....	446

XIX – RELAÇÕES JURÍDICAS SECURITÁRIAS – QUESTÕES PROCESSUAIS

§ 1º – O CASO – ASPECTOS GERAIS

284. demandas que se repetem	450
285. a defesa das seguradoras e o estado dos processos.....	451
286. a consulta e o objeto do presente parecer	452
287. duas espécies de contratos de seguro: de vida e de acidentes pessoais	453

§ 2º – SOBRE A REGÊNCIA DOS CONTRATOS DE SEGURO

288. relações de consumo	454
289. antinomia entre os dois Códigos? conflitos no tempo?	457
290. ainda sobre a prevalência de um dos Códigos	460
291. prevalência do Código Civil – autênticas normas consumeristas	461
292. as cláusula impugnadas e a lei – seguros de acidente, não de vida.....	463
293. cláusula determinada pela própria SUSEP	464

§ 3º – IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA DEMANDA

294. aspectos gerais	465
295. uma impossibilidade jurídica de fundo político-institucional....	466
296. uma severa garantia constitucional de legalidade.....	468
297. discricionariedade e critérios do legislador, não do juiz.....	469
298. infração à isonomia e à <i>paridade em armas</i> na concorrência....	471

§ 4º – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

299. sobre o litisconsórcio necessário – um apanhado geral de temas	473
300. a posição da SUSEP no sistema nacional de seguros	474
301. a posição da SUSEP em caso de procedência das demandas da ANADEC.....	475

§ 5 ^o – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	
302. competência da Justiça Federal.....	478
303. competência também para pronunciar-se sobre esse litisconsórcio necessário.....	479
§ 6 ^o – CONCLUSÕES	
304. respostas aos quesitos	480
XX – CUMULAÇÃO DE PEDIDOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E CONCURSO ELETIVO DE FOROS	
§ 1 ^o – PREPARANDO A EXPOSIÇÃO	
305. duas empresas e serviços prestados em dezenas de municípios	482
306. exigências referentes ao iss e isenção no Município de Guaratinguetá.....	483
307. uma demanda em via de ser proposta – os pedidos e os diversos fundamentos.....	484
308. um grande litisconsórcio necessário-unitário e a competência de foro	485
§ 2 ^o – CÚMULO DE PEDIDOS E DE FUNDAMENTOS	
309. a pretensão central dos consulentes e seus fundamentos autônomos.....	486
310. concurso objetivo de direitos e de ações.....	488
311. o acolhimento de um dos fundamentos será suficiente (confirmação na lei).....	489
312. os pedidos subsidiários	492
§ 3 ^o – UM LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO-UNITÁRIO	
313. um grupo grande de litisconsortes passivos.....	494
314. litisconsórcio necessário e legitimidade <i>ad causam</i>	494
315. sobre o litisconsórcio necessário-unitário.....	497
316. ainda a incidibilidade das situações jurídicas	498
317. não só as sentenças constitutivas	499
318. o litisconsórcio necessário-unitário no Código de Processo Civil	501
319. a excepcionalidade do litisconsórcio necessário.....	502
320. um indiscutível litisconsórcio necessário-unitário.....	503
321. sem possibilidade de cindir-se territorialmente	505
§ 4 ^o – DOIS TEMAS RELATIVOS À COMPETÊNCIA TERRITORIAL	
322. trinta-e-cinco Municípios situadas em dois Estados.....	506
323. foros eletivamente concorrentes: visão sistemática.....	507
324. típico caso de foros concorrentes – o de Guaratinguetá é um deles	508
325. diferentes Estados da Federação: ponto inteiramente destituído de relevância	509
§ 5 ^o – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	
326. providências já tomadas por algumas Municípios	511

327. antecipação de tutela, razão de ser e os requisitos para sua concessão	512
328. males de difícil reparação (procedimentos tributários já instaurados)	513
329. a grande probabilidade do direito	514

§ 6º — PROPOSIÇÕES CONCLUSIVAS

330. primeira conclusão: litisconsórcio necessário-unitário e portanto indissolúvel	515
331. segunda conclusão: prevenção do foro escolhido pelos autores	516
332. terceira conclusão: imperiosa tutela antecipada	517

XXI — CONTRATO ADMINISTRATIVO, INDISPONIBILIDADE DE BENS E FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS

333. os negócios ajustados entre a COPEL e sua atual adversária	519
334. sucessivas decisões judiciais desfavoráveis	520
335. os temas e os quesitos	521
336. transação	522
337. o juiz e a transação	524
338. sobre a disponibilidade ou indisponibilidade de direitos	525
339. a transação entre os contratos administrativos	527
340. a força obrigatória da transação	529
341. um raciocínio às avessas (i)	530
342. um raciocínio às avessas (ii)	532
343. uma autêntica transação	534
344. uma força obrigatória reafirmada e enfatizada pela lei	537
345. respostas sucintas aos quesitos	537

XXII — RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR POR DANOS AO EMPREGADO — ÔNUS DA PROVA E PERÍCIA INIDÔNEA

346. processos trabalhistas com questões processuais civis	539
347. as reclamações	540
348. os acontecimentos processuais	540
349. a responsabilidade civil do empregador — entre o direito material e o processo	541
350. responsabilidade civil e causalidade	542
351. no plano processual	543
352. do objeto da prova ao ônus de provar	545
353. a alegada potencialidade danosa das substâncias	546
354. inversões do ônus da prova — a convencional e a legal	547
355. sobre a insuficiência da prova produzida e o <i>state of the art</i>	548
356. prova insuficiente e regra de julgamento — fato não provado é fato inexistente	550
357. ônus da prova e custeio da perícia	551
358. perícias com expectativa de honorários <i>ad exitum</i>	553
359. sobre a perita sem qualificação profissional e científica adequada	554

360. prova pericial e conhecimento técnico-científico	555
361. a escolha do perito: em princípio, escolha pessoal do juiz	557
362. limitações ao poder de escolha	558
363. a óbvia razão de ser da exigência de habilitação técnico-científica adequada	560
364. concluindo: a sra. perita nomeada não poderia ter sido nomeada.....	562
365. necessidade de nova perícia.....	562

XXIII – SHOPPING CENTERS E RELAÇÃO DE CONSUMO

366. o caso	565
367. primeira aproximação	565
368. relação <i>jurídica</i> de consumo – confronto com conceitos meta-jurídicos	566
369. conceitos <i>jurídicos</i> de consumo e de relação de consumo.....	568
370. <i>shopping centers</i>	570
371. reconfirma-se: os <i>shopping centers</i> são estranhos às relações de consumo	572

TÍTULO V

DIREITO SOCIETÁRIO

XXIV – SOCIEDADE MERCANTIL INCORPORADA

E RESIDUAL PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PROCESSUAL

372. ação rescisória proposta por Trikem S.A.	575
373. uma colocação metodológica de primeira grandeza	577
374. tomando ao caso	578
375. personalidade jurídica – aspectos conceituais gerais.....	580
376. personalidade jurídica de direito processual	582
377. a residual personalidade processual de Trikem S.A.	584
378. situação não equiparável à de uma pessoa falecida	586
379. a participação ativa da sucessora Braskem	588
380. sobre a vontade nos atos jurídicos e a lógica do razoável	589
381. uma ponte entre os tópicos precedentes e os que virão a seguir	591
382. a disciplina dos defeitos dos atos processuais e o valor do escopo realizado.....	594
383. o pleno exercício da defesa pela ré e o procedimento sem tumultos.....	596
384. a sanabilidade dos vícios do processo.....	597
385. proposições conclusivas e sucintamente fundamentadas.....	600

XXV – SOCIEDADES ANÔNIMAS E LEGITIMIDADE DOS MINORITÁRIOS – QUESTÕES PROCESSUAIS

§ 1º – A CONSULTA

386. introdução	603
-----------------------	-----

387. as indagações – quesitos	603
§ 2º – SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	
388. o art. 246, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas	605
389. substituição processual – primeira aproximação	606
390. direito alheio, ação própria e condição de parte no processo	607
391. o direito alheio e a demanda proposta pelo substituto	609
392. fundamentos da outorga de legitimidade ao substituto	610
393. efeitos sobre a esfera de direitos do substituído	612
394. legitimidade extraordinária para hipóteses bem especificadas ..	615
395. o substituto processual e o representante – um é parte e o outro não é	617
396. faculdade do substituto, dever do representante	618
§ 3º – UM CASO TÍPICO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	
397. tornando ao art. 246 e aos termos da consulta	618
398. o representante, o poder de representação e os correspondentes deveres	621
399. os minoritários legitimados pelo art. 246 LSA – poderes limita- dos – uma faculdade, não um dever	622
400. os minoritários são típicos substitutos processuais	623
§ 4º – DECORRÊNCIAS DA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO PROCESSUAL	
401. introdução do capítulo	624
402. os minoritários agem em nome próprio e não da companhia	625
403. o resultado positivo da causa beneficia diretamente a compa- nhia	626
404. o valor da causa: invariável, sejam quantos forem os autores ...	627
405. suportam os encargos financeiros do processo e recebem os ho- norários da sucumbência em caso de vitória	629
406. admissível a intervenção de litisconsortes ulteriores	631
407. sem legitimidade para atos de disposição de direitos	633
408. desistência da ação pelo substituto processual	634
409. ainda a desistência da ação: ato privativo dos substitutos pro- cessuais	635
410. a controladora que paga ao minoritário paga mal	637
411. substituição processual e alienação da ações	637
412. a coisa julgada vincula a companhia e todos os outros possíveis substitutos	642
413. o prêmio é dividido por igual entre os autores	642
414. <i>idem</i> quanto às despesas e honorários da sucumbência	645
415. acordos entre o administrador e o controlador	645
§ 5º – AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DOS MINORITÁRIOS	
416. a ação civil do Ministério Público (lei n. 7.913, de 7.12.89)	648
417. ação civil pública: outro caso de substituição processual	649
418. direitos e interesses individuais homogêneos	651
419. prejuízo direto, em oposição a prejuízo indireto	652

420. a ação dos sócios e a ação civil pública da lei n. 7.913, de 7.12.89	653
421. nem litispendência nem coisa julgada	655
422. composição inadmissível e portanto ineficaz	656

XXVI – SOCIEDADES ANÔNIMAS E RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADMINISTRADOR – LEGITIMIDADE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS

§ 1º – APRESENTAÇÃO	
423. antecedentes – o Condomínio Acionário	658
424. as iniciativas judiciais	659
425. análise das demandas propostas: primeira aproximação	660
426. a consulta e as questões suscitadas	662
§ 2º – ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMANDAS DO ESPÓLIO DE MARTINHO	
427. o cúmulo de pedidos proposto pelo autor e o sujeito passivo de cada um deles	663
428. a anulação da deliberação assemblear: um pedido que não foi feito	664
§ 3º – ILEGITIMIDADE <i>AD CAUSAM</i> DO ESPÓLIO-AUTOR	
429. o problema da legitimidade <i>ad causam</i> ativa em relação a cada um dos pedidos	664
430. sobre a legitimidade ordinária e a extraordinária (substituição processual)	665
431. o sócio como representante ou como substituto processual	667
432. ilegitimidade do Espólio-autor em relação à responsabilidade dos diretores	668
433. ilegitimidade em relação aos alegados danos diretos	671
434. ainda a ilegitimidade do Espólio-autor: conclusões do parágrafo	674
§ 4º – PRESCRIÇÃO E PREJUDICIALIDADE	
435. prescrição: duas vertentes	675
436. responsabilidade civil: prescrição em três anos	676
437. anulação dos contratos sem anular a deliberação social?	678
438. prejudicialidade	678
439. a prejudicialidade e a prescrição (ou decadência) no caso em exame	679
440. direito potestativo não exercido no prazo: decadência consumada	680
441. conclusão quanto aos pedidos de natureza não-pecuniária	682
442. conclusão geral do parágrafo: extinção de ambos os processos	683
§ 5º – ENTRE A INADMISSIBILIDADE DA PRETENSÃO PRINCIPAL E A DA INDISPONIBILIZAÇÃO DE BENS	
443. relação de instrumentalidade entre a tutela cautelar e a principal	683
444. indisponibilização de bens e defesa do patrimônio público	684
445. natureza jurídica do ato judicial de indisponibilização	686

446.	a destinação específica da indisponibilização, segundo a lei.....	687
447.	sem <i>periculum in mora</i> – sequer a petição inicial o alegou adequadamente	688
448.	sem <i>fumus boni juris</i>	689

§ 6º – VÍCIOS DA PETIÇÃO INICIAL, CONEXIDADE E RESPONSABILIDADE DO AUTOR

449.	pedidos incompatíveis e parcial inépcia da petição inicial	691
450.	conexidade	692
451.	causas de pedir coincidentes	693
452.	pedidos coincidentes	694
453.	responsabilidade civil objetiva (CPC, art. 811)	695

§ 7º – SÍNTESE E CONCLUSÕES

454.	síntese conclusiva	695
455.	<i>ação individual e ação social</i>	696
456.	ilegitimidade ativa na <i>ação social</i>	697
457.	sobre os <i>prejuízos indiretos</i> : mais que simples ilegitimidade <i>ad causam</i>	697
458.	prescrição: responsabilidade civil dos diretores	698
459.	decadência: anulação de atos	698
460.	ausente o <i>fumus boni juris</i>	699
461.	sem <i>periculum in mora</i>	699
462.	indisponibilização de bens: medida inadequada	700
463.	cumulação indevida de pedidos – incompatibilidade	700
464.	causas conexas e sua reunião	701
465.	responsabilidade objetiva do autor	701

XXVII – ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E CONVERSÃO EM SOCIEDADE LIMITADA – QUESTÕES PROCESSUAIS

466.	o caso	703
467.	a consulta	704
468.	sociedades sem fins lucrativos – associações	704
469.	a transformação e seu significado	707
470.	o regime estabelecido em estatuto	708
471.	a estrutura do Centro Hispano-Brasileiro de Cultura enquanto sociedade sem fins lucrativos	708
472.	a decisão tomada em assembléia	709
473.	a exclusão dos sócios e sua causa – a eficácia do art. 12 do estatuto social.....	711
474.	ainda o art. 12 – interpretação sistemática do estatuto	713
475.	controle jurisdicional	715
476.	três ausências consecutivas e o julgamento antecipado do mérito	716
477.	a assembléia e a ata	716
478.	o pedido de inclusão de novos sócios por decisão judicial.....	718
479.	sociedade de pessoas, não de capital	719
480.	impossibilidade jurídica da demanda.....	721
481.	dois quesitos, um só problema.....	722

482. dupla incompatibilidade – prejudicialidade.....	724
483. indeferimento da petição inicial ou extinção do processo em momento ulterior.....	726
484. antecipação da tutela: razão de ser e requisitos básicos.....	728
485. respondendo aos quesitos.....	730

XXVIII – DEBÊNTURES E CLÁUSULA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO – QUESTÕES PROCESSUAIS

§ 1º – O CASO E A CONSULTA

486. antecedentes.....	732
487. uma ação de consignação em pagamento e uma declaratória incidental, ambas movidas por Kieppe.....	733
488. questões de fato suscitadas no processo e o julgamento antecipado do mérito.....	734
489. os fundamentos da apelação e os temas trazidos à consulta.....	735

§ 2º – JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO E DIREITO À PROVA

490. julgamento antecipado do mérito, direito à prova, livre convencimento judicial e devido processo legal.....	736
491. entre o julgamento antecipado e o saneamento do processo.....	737
492. tornando ao caso: fatos dependentes de prova.....	739

§ 3º – MOTIVAÇÃO INSUFICIENTE

493. a legítima dimensão do dever de motivar.....	742
494. tornando ainda uma vez ao caso: deficiências na fundamentação.....	745

§ 4º – ENTRE O RIGOR CAMBIÁRIO E A EFICÁCIA DE UMA CLÁUSULA EXTRACARTULAR

495. relembando pontos relevantes.....	746
496. títulos de crédito, abstração e cartularidade.....	748
497. a posição do endossatário.....	749
498. pleno conhecimento pelo Fundo.....	751
499. mas houve realmente um endosso?.....	752

§ 5º – ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL E JUÍZO DO MAL MAIOR

500. a situação concreta e o pedido de antecipação de tutela recursal.....	753
501. o mal irreparável e a probabilidade de provimento do apelo.....	754
502. <i>periculum in mora</i>	754
503. juízo do mal maior.....	756
504. o <i>fumus boni juris</i> e o juízo do direito mais forte.....	758
505. sobre a eficácia abstrata do título executivo.....	760
506. urgência urgentíssima.....	762

§ 6º – SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

507. sobre o indevido julgamento antecipado do mérito.....	763
508. sobre a insuficiente motivação da R. sentença.....	764
509. sobre a oponibilidade da cláusula ao cessionário.....	765

510. sobre a antecipação da tutela recursal.....	766
--	-----

TÍTULO VI

DIREITO TRIBUTÁRIO, EXECUÇÃO E COMPETÊNCIA

XXIX – CONSELHO DE CONTRIBUINTES E LIMITES DA RESPONSABILIDADE DOS CONSELHEIROS

§ 1º – OS ANTECEDENTES E A CONSULTA	
511. uma ação popular, seus fundamentos, seus pedidos	769
512. os temas desenvolver	771
§ 2º – ATOS DA ADMINISTRAÇÃO, DEFINITIVIDADE, CONTROLE JURISDICIONAL	
513. alguns pormenores do caso e das decisões do E. Conselho.....	772
514. as alegações do autor popular em relação às decisões que impugna.....	773
515. inafastabilidade do controle jurisdicional	774
516. a coisa julgada e a imunidade dos efeitos dos atos administrativos.....	775
517. compromisso com a garantia do devido processo legal.....	776
518. definitividade	778
519. declaração de vontade do titular do poder de tributar: sua eficácia jurídico-substancial sobre o crédito	781
520. controle jurisdicional limitado	783
521. a tendência universalizadora da tutela jurisdicional e algumas legítimas limitações	784
522. o controle dos atos administrativos e a separação dos Poderes do Estado.....	786
523. o controle jurisdicional na ação popular e sua limitação	788
524. tomando ao caso concreto e concluindo o capítulo	790
§ 3º – PREJUDICIALIDADE E DECADÊNCIA	
525. o autor pede somente a condenação a ressarcir, não a anulação de atos	793
526. relações jurídicas dominantes e relações dependentes – pedidos sucessivos.....	793
527. anulação do ato e condenação dos agentes e beneficiários: relação de prejudicialidade	796
528. definitividade, decadência, prejudicialidade.....	799
529. nenhum pedido <i>principal</i> relativo aos srs. conselheiros.....	801
§ 4º – CONCLUSÕES PONTUAIS FUNDAMENTADAS	
530. a definitividade das decisões do Conselho vincula a Administração.....	803
531. é inadmissível condenar sem anular	805
532. decadência do direito à anulação e extinção de supostas obrigações de indenizar.....	807
533. encargos da sucumbência sem sucumbência?.....	807

XXX – DEPÓSITO JUDICIAL DE VALORES EM DINHEIRO

534.	um procedimento administrativo pendente perante o Col. Conselho Nacional de Justiça.....	809
535.	o tema e a sede jurídico-positiva da questão.....	810
536.	a consulta, os temas e a estrutura do parecer.....	811
537.	execução por quantia, penhora e depósito – premissas conceituais básicas.....	812
538.	a escolha do depositário – critério central e regras ordinárias...	813
539.	a <i>mens legis</i>	813
540.	o Banco do Brasil de ontem e o de hoje: de um agente estatal a uma autêntica instituição financeira.....	815
541.	uma sociedade de economia mista.....	817
542.	a Caixa Econômica Federal: uma empresa pública também inserida no mercado financeiro.....	818
543.	concorrência em busca de lucro – o lucro das instituições financeiras com os depósitos judiciais.....	819
544.	o falso mito da idoneidade maior.....	820
545.	tornando ao art. 666 do Código de Processo Civil e à sua inserção no contexto institucional de ontem e de hoje.....	821
546.	a competitividade: princípio básico das licitações.....	822
547.	aparente inconstitucionalidade do art. 666, inc. I, em sua cômada leitura literal.....	823
548.	interpretação conforme à Constituição Federal – abordagem geral.....	824
549.	interpretação: abordagem geral e interpretação sistemática.....	825
550.	conclusão: a interpretação proposta – significado contextual do advérbio <i>preferencialmente</i>	827
551.	tornando à técnica processual: depositários idôneos e suficientemente confiáveis.....	829

XXXI – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, EMBARGOS DO EXECUTADO, HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA E DIREITO INTERTEMPORAL

552.	antecedentes.....	831
553.	os litígios antes travados entre as partes.....	832
554.	a execução pendente.....	832
555.	os quesitos.....	833
556.	decisões no curso da execução: razões e limites de sua admissibilidade.....	834
557.	regras sobre as objeções de pré-executividade.....	836
558.	tornando ao caso: a exceção rejeitada e os embargos depois opostos.....	838
559.	sentença terminativa, insuscetível de coisa julgada material.....	838
560.	não havia o óbice da coisa julgada aos embargos opostos pelo consulente.....	840
561.	citação realizada na vigência da lei antiga.....	841
562.	direito processual civil intertemporal: abordagem geral.....	841

563. o termo inicial do prazo para embargar segundo a lei antiga e segundo a nova.....	844
564. conclusão: os embargos foram opostos tempestivamente	846
565. honorários da sucumbência: abordagem geral e o Estatuto da Advocacia	846
566. entre um crédito e um direito de propriedade	848
567. legitimidade passiva dos sucumbentes, não do cliente	849
568. sucumbências futuras e incertas: meras expectativas ou esperanças, não direitos	850
569. concluindo: o Banco não é devedor nem parte legítima para essa execução	851

XXXII – COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E CONDIÇÕES DA AÇÃO MERAMENTE DECLARATÓRIA

§ 1º – INTRODUÇÃO – O TEMA E A CONSULTA

570. as partes, a demanda e os pedidos que contém	852
571. os fundamentos dos pedidos: uma história de negócios entre empresas.....	853
572. os temas processuais a desenvolver e os quesitos.....	854

§ 2º – AUSENTES O INTERESSE DE AGIR E A LEGITIMIDADE ATIVA

573. a missão da ação meramente declaratória no quadro da função jurisdicional	856
574. a ação meramente declaratória em sua feição específica: a dúvida objetiva e o interesse de agir	857
575. a leitura adequada do art. 4º, inc. I, do Código de Processo Civil	858
576. interesse-necessidade e interesse-adequação	859
577. ausentes a necessidade e a adequação	861
578. a motivação expressa na petição inicial: temor de insolvência ..	863
579. alterando o enfoque: do interesse de agir à legitimidade <i>ad causam</i>	864
580. legitimidade <i>ad causam</i> : noções conceituais e justificação da exigência	864
581. manifesta ilegitimidade: nem legitimidade ordinária nem extraordinária	866
582. nítida feição de uma ação coletiva, sem os requisitos para sua admissibilidade	867
583. e a coisa julgada em face de terceiros? total inutilidade do julgado	869

§ 3º – INCOMPETÊNCIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA BRASILEIRA

584. as regras de competência internacional e sua justificação política	870
585. passando ao caso em exame.....	872
586. fato ocorrido ou ato praticado no país (CPC, art. 88, inc. III)? contratos celebrados na França	872

587.	obrigação a ser cumprida no país (CPC, art. 88, inc. II)? também não.....	874
588.	competência internacional e competência interna: esclarecimento	875
§ 4º – RESPOSTAS CONCLUSIVAS AOS QUESITOS		
589.	essa ação declaratória é inadmissível.....	876
590.	nem legitimidade ordinária nem extraordinária.....	877
591.	a autoridade judiciária brasileira é incompetente	877
 XXXIII – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, BANCO CENTRAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL		
592.	o caso, o contexto e os temas de direito processual.....	879
593.	significado e alcance das medidas postuladas na demanda inicial.....	880
594.	litisconsórcio necessário	881
595.	os resultados possíveis em caso de procedência da demanda principal	883
596.	cont.: em face do Banco Central do Brasil	884
597.	caso típico de litisconsórcio necessário-unitário	885
598.	competência da Justiça Federal.....	887
599.	uma jurisprudência impertinente alegada pelos autores	888
600.	competência para pronunciar-se sobre esse litisconsórcio necessário.....	889
601.	nulidade das decisões tomadas pela Justiça do Distrito Federal	890
602.	pronúncia da incompetência e imediata remessa à Justiça Federal	891

TÍTULO VII

TEMAS GERAIS E ATUAIS

XXXIV – ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO E AS CHAMADAS *QUESTÕES MISTAS*

§ 1º – O TEMA E A CONSULTA		
603.	uma elegante questão de admissibilidade do recurso especial ..	895
604.	o desequilíbrio da equação contratual e a demanda proposta	898
605.	a motivação do V. acórdão.....	899
606.	a consulta e o tema único.....	900
§ 2º – O V. ACÓRDÃO, AS AFIRMAÇÕES DE FATO E A COLOCAÇÃO JURÍDICA CENTRAL		
607.	primeira aproximação	901
608.	ainda a inteligente colocação do V. acórdão	903
609.	a falsidade das premissas de fato	904
610.	pontos de fato e pontos jurídicos intimamente entrelaçados	905

611. juízos puramente jurídicos, não fáticos.....	908
612. o V. acórdão, a perícia e a necessária motivação	910
613. uma premissa equivocada.....	912
614. sobre o dever de motivar, seus limites e seu núcleo essencial...	913
615. a ciência então possível e a <i>previsibilidade</i> como conceito.....	914
616. ainda sobre as <i>questões mistas</i>	915
617. questões mistas, erros manifestos de fato e recurso especial – conclusão final.....	916

XXXV – RECURSO ESPECIAL PROVIDO POR FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E RECLAMAÇÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

§ 1º – O CASO E AS QUESTÕES POSTAS

618. a causa e seus recursos nas duas instâncias da Justiça Federal..	919
619. o tema constitucional examinado no recurso especial.....	920

§ 2º – O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

620. entre a tipicidade recursal e a unicidade do recurso	921
621. entre o recurso extraordinário e o especial	922
622. os fundamentos do V. acórdão e os dos recursos interpostos	923
623. unicidade recursal e os acórdãos portadores de fundamentos distintos.....	925
624. controle constitucional no improvimento do recurso especial e não em seu provimento.....	927
625. tornando ao caso	928
626. um indevido controle de constitucionalidade	929

§ 3º – UMA RECLAMAÇÃO A SER ACOLHIDA

627. reclamação: abordagem conceitual e sistemática	930
628. a reclamação oposta pelos consulentes – agora uma abordagem concreta.....	932
629. conclusão: admissibilidade e procedência da reclamação dos consulentes.....	933
630. respondendo aos quesitos.....	935

XXXVI – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR UMA DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL

§ 1º – OS ANTECEDENTES E A CONSULTA

631. uma consulta envolvendo o direito processual administrativo ..	937
632. uma decisão definitiva do Conselho de Contribuintes e sucessi- vos embargos de declaração.....	938
633. dois pontos interligados de direito processual administrativo...	939

§ 2º – A PRECLUSÃO ADMINISTRATIVA, O PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E A DEFINITIVIDADE DA ÚLTIMA DECISÃO DO CONSELHO

634. a definitividade dos efeitos dos atos administrativos.....	940
---	-----

635. sobre o Conselho Administrativo e sua função institucional.....	941
636. a definitividade das decisões do E. Conselho.....	943
637. definitividade.....	943
638. declaração de vontade do titular do poder de tributar: sua eficácia jurídico-substancial sobre a pretensão fiscal.....	946
639. limites à admissibilidade dos embargos declaratórios.....	948
640. mera instância de revisão das decisões do Conselho?.....	951
641. caráter infringente e unirecorribilidade: jamais se admitem segundos embargos ao mesmo acórdão.....	953
642. segundos embargos: um esclarecimento.....	954
643. conclusão: embargos declaratórios em si mesmos inadmissíveis.....	955

§ 3º – REPRESENTAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL POR UM AGENTE ADMINISTRATIVO?

644. primeira aproximação.....	955
645. a posição do sr. delegado no processo pendente.....	956
646. uma limitada legitimidade e capacidade de ser parte.....	958
647. contradição entre capítulos do decisório, e não contradição entre o decisório e sua fundamentação.....	959
648. conclusão final: embargos inadmissíveis também por falta de representatividade.....	960

XXXVII – A ESCOLHA DA ESPÉCIE ADEQUADA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

649. os temas e o caso (na fase de conhecimento).....	961
650. na fase de liquidação.....	963
651. sobre a liquidação e sua razão de ser.....	964
652. obrigações líquidas e obrigações ilíquidas.....	965
653. uma escalada de graus de dificuldade para se chegar a um valor determinado.....	965
654. a busca da liquidação adequada ao caso: matéria de ordem pública não sujeita a opções.....	967
655. sem discricionariedade judicial e sem preclusões.....	969
656. afasta-se por completo uma suposta coisa julgada a respeito....	970
657. caso típico de liquidação por artigos e não mero arbitramento....	971
658. os elementos do ilícito civil e os fatos que dependem de prova ..	972
659. um caso cheio de muitas dúvidas quanto aos fatos.....	974
660. ônus da prova.....	976
661. conclusões.....	977

XXXVIII – DAÇÃO EM PAGAMENTO, AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E EXECUÇÃO

§ 1º – O CASO, O TEMA E A CONSULTA

662. um negócio entre sócios: uma demanda proposta e rejeitada pelo E. Tribunal local.....	979
663. a consulta.....	980

§ 2º – UMA CLÁUSULA LIMITATIVA DE RESPONSABILIDADE E SEUS REFLEXOS
SUBSTANCIAIS E PROCESSUAIS

664.	sobre a autonomia da vontade e seus legítimos limites	981
665.	uma cláusula de inegável legitimidade sistemática	982
666.	responsabilidade patrimonial limitada às ações mas não excluída	984
667.	em uma futura execução	986
668.	entre a responsabilidade patrimonial e a dação em pagamento ..	987
669.	dação em pagamento: o consenso do credor e a exoneração do obrigado	988
670.	a ação de consignação em pagamento	988
671.	defesa em processo de conhecimento ou de execução	991

§ 3º – SÍNTESES CONCLUSIVAS

672.	legitimidade da cláusula limitativa de responsabilidade.....	992
673.	admissível a dação em pagamento independentemente do consenso dos credores	993
674.	uma possível ação de consignação em pagamento	993
675.	defesa em processo de conhecimento ou de execução	994

XXXIX – UM ESTRANHO ARRESTO IMPOSTO A SUJEITO NÃO-RESSPONSÁVEL
E DIMENSIONADO MUITO ALÉM DO VALOR DO CRÉDITO

§ 1º – OS ANTECEDENTES E A CONSULTA

676.	uma reclamação trabalhista e uma demanda cautelar – um início confuso, com centenas de reclamantes	996
677.	o arresto concedido liminarmente e os brutais agravamentos que se lhe sucederam	997
678.	a consulta, os temas e o plano do parecer	998

§ 2º – QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E NÃO DE SUCESSÃO
— INEXISTENTE ESSA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

679.	colocando a questão	998
680.	responsabilidade patrimonial	999
681.	fraude de execução e oneração de bens	1001
682.	sucessão e sucessor – a Editora JB não é uma sucessora.....	1003
683.	solidariedade passiva – a Editora JB não é uma obrigada solidária	1005
684.	exclui-se de modo absoluto a responsabilidade da consultente..	1006
685.	licenciamento rescindido – uma pá-de-cal.....	1007

§ 3º – DESVIOS E ILEGALIDADES NO TRATO DO ARRESTO

686.	o conteúdo do presente parágrafo	1008
687.	devido processo legal, limitações ao exercício da jurisdição e os excessos praticados na instância inferior.....	1010
688.	<i>due process</i> e direito processual constitucional	1011
689.	um aglomerado de transgressões à cláusula <i>due process</i>	1013

690.	o arresto entre as medidas cautelares: sua finalidade e sua natureza instrumental.....	1015
691.	os pressupostos legais do arresto e sua legitimidade sistemática.....	1017
692.	a exigência de um risco de dissipação de bens.....	1018
693.	inexistente o risco e sequer considerado ou afirmado pelo MM. Juízo.....	1020
694.	a exigência de título executivo.....	1021
695.	inexistente o título e sequer considerado ou afirmado pelo MM. Juízo.....	1022
696.	o valor do crédito – somente do autor, não de todos os credores da Gazeta Mercantil.....	1023
697.	o valor dos créditos dos que “moveram a cautelar” e o do autor que permaneceu no processo.....	1024
698.	decurso do prazo de trinta dias: perda de eficácia da medida cautelar.....	1025
§ 4º – CONEXIDADE INEXISTENTE (MERA AFINIDADE) E DECISÕES NÃO-MOTIVADAS		
699.	mais duas infrações à lei e à ordem constitucional.....	1027
700.	entre a conexidade e a mera afinidade de questões.....	1027
701.	inadmissível a distribuição por dependência.....	1029
702.	sobre a motivação dos atos judiciais.....	1032
703.	decisões sem motivação: patente nulidade.....	1032
§ 5º – CONCLUSÃO CENTRAL E PROPOSIÇÕES CONCLUSIVAS		
704.	Holdco não é responsável pelas obrigações das empregadoras (essa é a conclusão central).....	1033
705.	arresto inadmissível por inexistência dos requisitos legais.....	1034
706.	sem liquidez e sem proporcionalidade.....	1035
707.	arresto ineficaz depois de decorridos trinta dias.....	1036
708.	sem conexidade.....	1036
709.	vícios de motivação.....	1037
710.	excessos que se chocam com a garantia do <i>due process</i> – síntese final.....	1038
XL – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE:		
LEGITIMIDADE DE ENTES ASSOCIATIVOS, ILEGITIMIDADE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E RESERVA DE PLENÁRIO		
§ 1º – HISTÓRICO E PONTOS A DESENVOLVER		
711.	uma ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	1039
712.	um agravo interposto pela Assembléia Legislativa e os pontos sobre os quais versará o parecer.....	1040
§ 2º – A LEGITIMIDADE <i>AD CAUSAM</i> DA CONSULENTE		
713.	a questão posta.....	1041
714.	sobre a legitimidade <i>ad causam</i> e a substituição processual.....	1042
715.	substituição processual.....	1043

716.	direito alheio e ação própria.....	1045
717.	o direito alheio e a demanda proposta pelo substituto.....	1046
718.	o fundamento da outorga de legitimidade pela lei.....	1047
719.	tornando ao caso: o interesse que legitima e motiva a Associação.....	1049
720.	interpretação do dispositivo constitucional paulista.....	1050
721.	um poderoso fundamento constitucional e sistemático.....	1052

§ 3^o – MEDIDA URGENTE E RESERVA DE PLENÁRIO

722.	a questão posta pela Assembléia Legislativa.....	1053
723.	por que se antecipam tutelas?.....	1054
724.	a indispensável competência do relator – os princípios e a conclusão.....	1055

§ 4^o – A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, SEM CAPACIDADE DE SER PARTE

725.	Casas Legislativas não têm personalidade jurídica.....	1057
726.	sem capacidade de ser parte.....	1060
727.	personalidade jurídica de direito processual.....	1062
728.	a capacidade de ser parte das Casas Legislativas, limitada à sua própria defesa institucional.....	1063
729.	a consequência processual da incapacidade de ser parte: inexistência jurídica dos atos praticados.....	1065
730.	o agravo interposto pela Assembléia Legislativa paulista.....	1066
731.	o <i>amicus curiae</i> não tem legitimidade recursal, segundo a jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal.....	1066
732.	um recurso de terceiro prejudicado, sem capacidade de ser parte e sem ter sofrido prejuízo jurídico?.....	1067

XLI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE:

QUORUM PARA A MODULAÇÃO DE EFEITOS

§ 1^o – OS ANTECEDENTES E A CONSULTA

733.	uma situação atípica.....	1071
734.	variados temas de direito.....	1074

§ 2^o – MODULAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA

735.	modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade: primeira aproximação.....	1075
736.	direito processual constitucional e devido processo legal.....	1077
737.	segurança jurídica e irretroatividade das leis e das decisões judiciais.....	1080
738.	a superioridade da Constituição e o império da lei.....	1081
739.	segurança jurídica e repúdio às decisões com eficácia retroativa.....	1083
740.	concluindo o parágrafo: a segurança jurídica como limite.....	1085

§ 3^o – SUFICIÊNCIA DO QUORUM SOBRE O NÚMERO DOS PRESENTES

741.	tornando ao caso e reavivando as questões postas.....	1085
742.	ação.....	1086

743.	o silêncio do art. 27 da Lei da Ação Direta e o recurso ao sistema e aos princípios	1089
744.	o indispensável equilíbrio entre os valores em jogo	1090
745.	o contexto metodológico como pano de fundo para a interpretação do art. 27	1092
746.	do pano de fundo ao Regimento Interno	1092
747.	a interpretação adequada do art. 27 da Lei da Ação Direta	1095
§ 4º – SOBRE A SESSÃO DE JULGAMENTO E SEU “PROSSEGUIMENTO”		
748.	exigência formulada casuisticamente depois de tomados os votos	1095
749.	julgamento terminado, sessão encerrada – ilegítimo o “prosseguimento”	1097
§ 5º – SÍNTESE CONCLUSIVA E CONCLUSÕES PONTUAIS		
750.	a conclusão central: suficiência de dois-terços dos presentes não-impedidos	1098
751.	votação encerrada, juiz natural e uma decisão casuística pelo prosseguimento da sessão	1100
752.	disposição alguma exige os votos de todos os integrantes	1100
XLII – TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS E FIDELIDADE DA LIQUIDAÇÃO À SENTENÇA		
§ 1º – HISTÓRICO E TEMAS DA CONSULTA		
753.	o contexto e visão geral dos acontecimentos processuais	1101
754.	discussões atuais: o termo inicial da correção monetária e a incidência dos juros	1102
§ 2º – A REGRA DA FIDELIDADE DA LIQUIDAÇÃO À SENTENÇA		
755.	entre a regra da fidelidade e a interpretação da sentença	1104
756.	sobre a regra da fidelidade em si mesma	1105
757.	fundamentos sistemáticos	1107
758.	os diversos vetos ao <i>bis in idem</i>	1107
759.	a dimensão da regra da fidelidade e sua projeção no caso presente	1109
§ 3º – O RICO TEMA DA INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA E A INTERPRETAÇÃO ESTRITA DO PEDIDO		
760.	sobre a interpretação da sentença – remissão a outro capítulo da obra	1110
761.	indispensável uma interpretação integrada	1111
762.	interpretação <i>estrita</i> do pedido, embora não <i>restritiva</i>	1112
763.	os termos da demanda, da sentença e do acórdão liquidando	1114
764.	sobre a locução <i>título de dívida líquida e certa</i>	1115
765.	a partir do ajuizamento da demanda (I) – aplicação de disposição clara da lei	1117
766.	a partir do ajuizamento da demanda (II) – a interpretação estrita do pedido	1118

767. a partir do ajuizamento da demanda (III) – conclusão final e sintetizada do parágrafo	1120
--	------

§ 4º – INCIDÊNCIA DE JUROS SOBRE O VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA

768. a questão posta	1120
769. juros incidentes exclusivamente sobre a correção monetária	1121
770. juros somente a partir da propositura da demanda – antes não havia verbas de correção monetária a serem pagas	1122

XLIII – OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA, MORA, JUROS, LUCROS CESSANTES E AÇÃO RESCISÓRIA

771. os temas e o caso – remissão a um capítulo anterior	1123
772. uma ação rescisória em perspectiva	1123
773. o pedido inicial, a discussão e os fundamentos do V. acórdão ..	1124
774. a regra contida no art. 1.061 do Código Civil de 1916	1125
775. impossibilidade jurídica: vetos legais, constitucionais ou sistemáticos	1127
776. tomando ao caso e ao tema central do parecer: carência de ação	1127
777. nenhuma situação extraordinária	1128
778. uma sentença condicional e imotivada	1129
779. admissibilidade da ação rescisória – violação a literais disposições de lei	1131
780. um esclarecimento final: prequestionamento não exigível em ação rescisória	1133

XLIV – PROCESSO CIVIL E DIREITO DA MINERAÇÃO – QUESTÕES DIVERSAS

§ 1º – O CASO E A CONSULTA – TEMAS

781. um preciso relato recebido da consulente	1134
782. antecedentes relevantes – uma concessão de lavra e uma série de óbices à efetiva mineração	1136
783. os aspectos jurídicos, a consulta e os quesitos	1137
784. colocando os pontos de interesse – pedidos, legitimidades passivas, causas de pedir	1139

§ 2º – OS PEDIDOS CUMULADOS E AS PARTES LEGÍTIMAS

785. pedido – o ônus de deduzi-lo com as pertinentes especificações	1140
786. cumulos de pedidos	1142
787. os pedidos que a consulente cumulará – sua recíproca compatibilidade e adequação à situação concreta	1145
788. legitimidade <i>ad causam</i> – aspectos conceituais e sistemáticos ..	1146
789. as partes legítimas que Omnia incluirá em sua petição inicial ..	1147
790. legitimidade <i>ad interveniendum</i> do Ministério Público	1151
791. um palco de incertezas e um litisconsórcio alternativo	1153

792.	possível também um litisconsórcio ativo.....	1155
793.	um vasto litisconsórcio multitudinário	1158
794.	sujeitos numerosos e de difícil identificação – entre o processo oficial e o inoficial	1159
795.	ainda a citação dos assentados – um autêntico <i>procedimento edital</i>	1162
§ 3º – OS FUNDAMENTOS DOS PEDIDOS DA CONSULENTE – MATÉRIA A SER CONHECIDA <i>INCIDENTER TANTUM</i>		
796.	causa de pedir – abordagem conceitual e sistemática.....	1164
797.	as causas de pedir a serem alegadas pela consulente.....	1165
798.	nulidade e ineficácia – aspectos conceituais e sistemáticos	1166
799.	nulidade do ato e ineficácia perante a consulente – precedência de seu direito.....	1169
800.	matéria a ser conhecida <i>incidenter tantum</i> e não <i>principaliter</i> ..	1170
§ 4º – ANTECIPAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL – OS JUÍZOS DO MAL MAIOR E DO DIREITO MAIS FORTE		
801.	sobre a antecipação de tutela – entre sua razão de ser e os requisitos para sua concessão.....	1172
802.	<i>periculum in mora</i> dispensado no Código Nacional de Mineração	1173
§ 5º – RESPOSTAS FUNDAMENTADAS AOS QUESITOS		
803.	Omnia tem legitimidade ativa.....	1176
804.	a União e o DNPM têm legitimidade passiva	1176
805.	do NCRA é a mais patente das legitimidades passivas.....	1177
806.	via processual adequada.....	1177
807.	a nulidade e a ineficácia do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	1178
808.	imperiosa antecipação liminar da tutela jurisdicional.....	1179
Bibliografia		1181